

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais – Sicredi Campos Gerais PR/SP
Ponta Grossa – PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais – Sicredi Campos Gerais PR/SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais – Sicredi Campos Gerais PR/SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 2 de março de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC – PR 051818/O-7
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 836.912 mil, aumento de 28,61% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 430.364 mil, com evolução de 10,18% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 393.993 mil, representando 88,56% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 40.272 mil, compondo 9,05% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 10.629 mil ou 2,39% do total (NE 06c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 607.056 mil em dezembro de 2015, com incremento de 38,51% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 411.446 mil, com crescimento de 38,16% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 46,08% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 85.368 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 109.641 mil, tendo um aumento de 34,52% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi S.A, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- valor em risco (var),

- Teste de Estresse de Mercado;
- Teste de Estresse de Crédito Privado;
- Sensibilidade;
- GAPs por Fator de Risco;
- Duration;
- Teste de Aderência (Backtest).

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos. Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	732.419	556.533	CIRCULANTE	339.058	280.004
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	10.178	9.330	DEPÓSITOS (NOTA 10)	114.842	78.628
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	345.300	219.563	Depósitos à Vista	85.368	58.439
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	13	10	Depósitos a Prazo	29.474	20.189
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural	-	22	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	185.907	170.425
Correspondentes no país	1.216	636	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	27	9
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	344.071	218.895	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	185.880	170.416
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	348.680	310.631	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	601	531
Operações de Crédito	365.394	322.599	Recursos em Trânsito de Terceiros	601	531
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.714)	(11.968)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	6.336	6.114
OUTROS CRÉDITOS	23.181	13.669	Empréstimos País - Outras Instituições	6.336	6.114
Créditos por Avals e Fianças Honradas	64	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	31.372	24.306
Rendas a Receber	1.595	1.550	Cobrança e Arrecadação de Tributos	102	78
Diversos (NOTA 07)	21.775	12.346	Sociais e Estatutárias	2.109	1.524
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(253)	(227)	Fiscais e Previdenciárias	1.011	1.132
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	5.080	3.340	Diversas (NOTA 13)	28.150	21.572
Outros Valores e Bens	5.066	3.330	NÃO CIRCULANTE	388.213	289.213
(Provisão para desvalorização)	(42)	(19)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	388.213	289.213
Despesas Antecipadas	56	29	DEPÓSITOS (NOTA 10)	381.972	277.620
NÃO CIRCULANTE	104.493	94.187	Depósitos a Prazo	381.972	277.620
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	58.002	62.640	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6.241	11.359
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	643	-	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	6.241	11.359
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	643	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	234
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	57.353	62.628	Diversas (NOTA 13)	-	234
Operações de Crédito	64.970	68.001	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	109.641	81.503
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.617)	(5.373)	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	51.710	41.385
OUTROS CRÉDITOS	6	12	De Domiciliados no País	61.874	44.056
Diversos (NOTA 07)	6	12	(Capital a Realizar)	(10.164)	(2.671)
PERMANENTE	46.491	31.547	RESERVAS DE SOBRAS	54.857	37.825
INVESTIMENTOS (NOTA 09a)	14.455	13.274	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.074	2.293
Outros Investimentos	14.455	13.274	Perdas de incorporada	-	(49)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b)	28.324	15.796	Sobras do exercício	3.074	2.342
Imóveis de Uso	5.445	5.445	INTANGÍVEL (NOTA 09b)	3.712	2.477
Outras Imobilizações de Uso	27.620	14.589	Outros Ativos Intangíveis	6.114	4.338
(Depreciação acumulada)	(4.741)	(4.238)	(Amortização acumulada)	(2.402)	(1.861)
TOTAL DO ATIVO	836.912	650.720	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	836.912	650.720

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado 2a)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	49.357	-	49.357	93.312	-	93.312	67.479	2	67.481
Operações de Crédito	49.349	-	49.349	93.304	-	93.304	67.479	2	67.481
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	8	-	8	8	-	8	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(42.119)	(397)	(42.516)	(72.902)	(663)	(73.565)	(42.871)	(583)	(43.454)
Operações de Captação no Mercado	(27.353)	(39)	(27.392)	(45.063)	(59)	(45.122)	(22.943)	(20)	(22.963)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.000)	(358)	(5.358)	(9.705)	(604)	(10.309)	(7.891)	(563)	(8.454)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.766)	-	(9.766)	(18.134)	-	(18.134)	(12.037)	-	(12.037)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.238	(397)	6.841	20.410	(663)	19.747	24.608	(581)	24.027
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.276	4.279	7.555	(92)	6.236	6.144	(9.533)	4.809	(4.724)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.687	4.102	8.789	8.068	7.589	15.657	7.724	6.914	14.638
Rendas de Tarifas Bancárias	3.073	1	3.074	5.898	34	5.932	4.559	5	4.564
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.706)	(850)	(13.556)	(23.741)	(1.413)	(25.154)	(18.382)	(1.294)	(19.676)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(11.405)	(1.478)	(12.883)	(21.407)	(2.308)	(23.715)	(16.163)	(2.477)	(18.640)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(129)	(210)	(339)	(266)	(392)	(658)	(182)	(353)	(535)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 2a/Nota 18)	27.124	3.041	30.165	44.250	3.300	47.550	23.266	2.583	25.849
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(7.368)	(327)	(7.695)	(12.894)	(574)	(13.468)	(10.355)	(569)	(10.924)
RESULTADO OPERACIONAL	10.514	3.882	14.396	20.318	5.573	25.891	15.075	4.228	19.303
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	383	(2)	381	626	2	628	1.932	(5)	1.927
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.897	3.880	14.777	20.944	5.575	26.519	17.007	4.223	21.230
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	(10)	(10)	-	(232)	(232)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	(7)	(7)	-	(134)	(134)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(3)	(3)	-	(98)	(98)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.897	3.880	14.777	20.944	5.565	26.509	17.007	3.991	20.998
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.565	(5.565)	-	3.991	(3.991)	-
SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.897	3.880	14.777	26.509	-	26.509	20.998	-	20.998
DESTINAÇÕES	-	-	-	(23.435)	-	(23.435)	(18.656)	-	(18.656)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	-	-	-	(5.379)	-	(5.379)	(3.460)	-	(3.460)
Fates - Estatutário (Nota 15c)	-	-	-	(1.024)	-	(1.024)	(765)	-	(765)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15c)	-	-	-	(16.392)	-	(16.392)	(12.231)	-	(12.231)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 16)	-	-	-	(640)	-	(640)	(2.200)	-	(2.200)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.074	-	3.074	2.342	-	2.342

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	32.341	24.650	(123)	56.868
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.300	-	(1.300)	-
Outras destinações	-	-	(7)	(7)
Saldo de Incorporação	1.644	174	(49)	1.769
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.428	-	-	4.428
Baixas de capital	(1.240)	-	-	(1.240)
Reversões de reservas	-	(1.430)	1.430	-
Resultado do período	-	-	20.998	20.998
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(765)	(765)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.231	(12.231)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.912	-	(3.460)	(548)
Reserva Legal - Doação SFG	-	2.200	(2.200)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	41.385	37.825	2.293	81.503
Mutações do Período	9.044	13.175	2.416	24.635
Saldos no início do período em 01/01/2015	41.385	37.825	2.293	81.503
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.283	-	(2.283)	-
Outras destinações	-	-	(10)	(10)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.087	-	-	5.087
Baixas de capital	(2.234)	-	-	(2.234)
Resultado do período	-	-	26.509	26.509
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 15c)	-	-	(1.024)	(1.024)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15c)	-	16.392	(16.392)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	5.189	-	(5.379)	(190)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 16)	-	640	(640)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	51.710	54.857	3.074	109.641
Mutações do Período	10.325	17.032	781	28.138
Saldos no início do período em 01/07/2015	44.745	37.825	11.732	94.302
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.222	-	-	3.222
Baixas de capital	(1.446)	-	-	(1.446)
Resultado do período	-	-	14.777	14.777
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 15c)	-	-	(1.024)	(1.024)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15c)	-	16.392	(16.392)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	5.189	-	(5.379)	(190)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 16)	-	640	(640)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	51.710	54.857	3.074	109.641
Mutações do Período	6.965	17.032	(8.658)	15.339

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	17.586	34.424	28.021
Resultado do exercício	14.777	26.509	20.949
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.809	7.915	7.072
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.983	6.990	5.523
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	9	23	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	48	26	148
Depreciação do imobilizado de uso	757	1.385	1.012
Amortização do intangível	326	541	486
Baixas do ativo permanente	221	298	765
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	24	4	58
Destinações ao FATES	(1.024)	(1.024)	(765)
Dividendos SicrediPar	(535)	(328)	(155)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(28.336)	106.758	33.574
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	6.284	(3)	52
(Aumento) Redução em créditos vinculados	-	22	(21)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(240)	(580)	301
(Aumento) Redução em operações de crédito	(113.951)	(39.764)	(78.490)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	103.832	10.364	23.531
(Aumento) Redução em outros créditos	(5.073)	(9.205)	(2.242)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(2.530)	(1.763)	(1.208)
Aumento (Redução) em depósitos	(28.406)	140.567	83.813
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(101)	70	110
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	424	222	1.661
Absorção de dispêndios pelo FATES	(14)	(764)	(950)
(Redução) Aumento em outras obrigações	11.439	7.592	7.017
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(10.750)	141.182	61.595
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(643)	(643)	-
Aquisição de Investimentos	-	(1.181)	(3.012)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.865)	(14.211)	(6.841)
Aplicações no Intangível	(867)	(1.776)	(886)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(8.375)	(17.811)	(10.739)
Integralização de capital	3.222	5.087	5.741
Baixa de capital	(1.446)	(2.234)	(1.251)
Juros ao capital próprio	(190)	(190)	(548)
Distribuição de Sobras	-	(10)	-
Patrimônio Líquido de incorporada	-	-	(1.307)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.586	2.653	2.635
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(17.539)	126.024	53.491
Caixa e equivalente de caixa no início do período	371.788	228.225	174.734
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	354.249	354.249	228.225

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/01/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

a) – Reapresentação dos valores correspondentes apresentados de forma comparativa

As provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social divulgadas nas demonstrações de 31 de dezembro de 2014 foram revertidas e estão reapresentadas no grupo Outros Ingressos e Receitas Operacionais para fins de comparação na Demonstração de Sobras ou Perdas do exercício de 2015, conforme previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 23. Os valores que foram alterados estão a seguir indicados:

Descrições	31 de dezembro de 2014		
	Reapresentado	Ajuste pró forma	Saldos original divulgado em 2014
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	25.849	(673)	26.522
Provisão para Imposto de Renda	(134)	412	(546)
Provisão para Contribuição Social	(98)	261	(359)

valores em milhares de Reais

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 29 de janeiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	10.178	9.330
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	344.071	218.895
Total	354.249	228.225

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	643	643	-	-
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	643	643	-	-

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	150.870	36.817	187.687	154.396	154.396
Financiamentos	21.814	21.762	43.576	43.283	43.283
Financiamentos rurais e agroindustriais	192.710	6.391	199.101	192.921	192.921
Carteira total	365.394	64.970	430.364	390.600	390.600

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2015			Total da Carteira	31/12/2014
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.901	33.134	48.964	30.882	117.881	102.707
Rural	583	35.998	156.129	6.391	199.101	192.921
Industrial	147	3.826	3.691	2.987	10.651	12.661
Comércio	1.812	24.738	28.294	15.809	70.653	55.129
Outros Serviços	1.310	10.156	11.711	8.901	32.078	27.182
Total	8.753	107.852	248.789	64.970	430.364	390.600

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível AA	-	51	-	-	-
Nível A	0,50	193.612	65.014	968	325
Nível B	1,00	171.718	258.455	1.717	2.585
Nível C	3,00	28.612	44.998	859	1.350
Nível D	10,00	21.212	15.374	2.121	1.537
Nível E	30,00	8.073	3.452	2.422	1.036
Nível F	50,00	9.118	3.281	4.559	1.641
Nível G	70,00	1.869	1.517	1.309	1.062
Nível H	100,00	10.629	8.032	10.629	8.032
Total (i)		444.894	400.123	24.584	17.568

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 12,41% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	64	-	64	-
Devedores por compra de valores e bens	4	5	9	13
Títulos e créditos a receber	14.456	1	14.457	9.510
Total	14.524	6	14.530	9.523

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	30.454	17.533
Lançadas contra prejuízo (i)	16.848	9.811
Recuperadas de prejuízo (i)	5.163	2.333

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	141	-	141	83
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.677	-	2.677	1.744
Adiantamentos por conta de imobilizações	50	-	50	133
Devedores por compra de valores e bens	4	5	9	13
Devedores por depósitos em garantia	499	-	499	370
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.571	-	1.571	214
Pagamentos a ressarcir	-	-	-	1
Títulos e créditos a receber	14.456	1	14.457	9.510
Devedores diversos - País (iii)	2.377	-	2.377	290
Total	21.775	6	21.781	12.358

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 2.677 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 1.834 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

(ii) O valor de R\$ 1.021 mil, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

(iii) A conta Devedores Diversos, está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Pendências a regularizar	1.382	22
Outros devedores	462	-
Valores pendentes conciliação cartão	-	56
Sobras orçamentárias a receber Central	75	58
Estabelecimento credenciado cartão múltiplo a receber	-	36
Cartão múltiplo a receber - Cooperativas	-	58
Outros	458	60
Total	2.377	290

valores em milhares de Reais

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	4.138	2.771
Veículos e afins	348	380
Bens em regime especial	580	179
Subtotal Bens não de uso próprio	5.066	3.330
Despesas antecipadas	56	29
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(42)	(19)
Total Outros Valores e Bens	5.080	3.340

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 42 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	7.513	7.206
Sicredi Participações S.A. (i)	6.940	6.066
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores (i)	2	2
Total	14.455	13.274

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	2.246.547 ON	1.963.206 ON	2	2	7.512.715	7.205.763
	4.693.497 PN	4.103.204 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,86%	0,80%	1,45%	1,47%	4,86%	4,71%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	6.940	6.066	2	2	7.513	7.206

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso (i)	-	12.756	-	12.756	-	4.114
Terrenos	-	5.445	-	5.445	-	5.445
Instalações	10%	6.831	(1.418)	5.413	(1.418)	2.509
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.846	(1.315)	2.531	(1.315)	2.061
Sistema de comunicação	10%	173	(41)	132	(41)	128
Sistema de processamento de dados	20%	3.464	(1.831)	1.633	(1.831)	1.271
Sistema de segurança	10%	247	(58)	189	(58)	108
Sistema de transporte	20%	303	(78)	225	(78)	160
Imobilizado de Uso (ii)	-	33.065	(4.741)	28.324	(4.741)	15.796

Intangível (iii)	6.114	(2.402)	3.712	2.477
Investimentos Confederação	6.114	(2.402)	3.712	2.477
Total	39.179	(7.143)	32.036	18.273

valores em milhares de Reais

(i) Os valores registrados em "Imobilizações em curso" refere-se aos investimentos feitos pela Cooperativa para edificação do Projeto da Sede da Campos Gerais e da Unidade de Atendimento Nova Rússia, este investimento foi aprovado em reunião extraordinária Conselho de Administração da Cooperativa em outubro de 2013. Estima-se a conclusão das obras para Abril de 2017.

(ii) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(iii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			31/12/2014	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	85.368	-	-	85.368	58.439
Depósitos a prazo	11.594	17.880	381.972	411.446	297.809
Total	96.962	17.880	381.972	496.814	356.248

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	185.880	6.241	192.121	181.775	181.775
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	185.880	6.241	192.121	181.775	181.775
Total	185.880	6.241	192.121	181.775	181.775

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 10/01/2016 até 20/10/2018.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	6.336	-	6.336	6.114	6.114
Cooperativa Central Sicredi	6.336	-	6.336	6.114	6.114
Total	6.336	-	6.336	6.114	6.114

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041572% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Cheques administrativos	3.429	-	3.429	4.649	4.649
Obrigações por convênios oficiais	6	-	6	5	5
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	444	-	444	209	209
Provisão para pagamentos a efetuar	8.344	-	8.344	5.496	5.496
Provisão para passivos contingentes (i)	1.053	-	1.053	824	824
Credores diversos - país (ii)	14.874	-	14.874	10.389	10.389
Outros	-	-	-	234	234
Total	28.150	-	28.150	21.806	21.806

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 700 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	5.583	4.629
Agenda cartão Visa a pagar	4.726	3.852
Outros	4.565	1.908
Total	14.874	10.389

valores em milhares de Reais

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	334	7	(38)	303
Cível	15	64	(29)	50
Total	349	71	(67)	353

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	303	303	334
Trabalhista	Possível	110	-	-
Cível	Provável	50	50	15
Cível	Possível	425	-	-
Total		888	353	349

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	51.710	41.385
Total de associados	45.011	40.025

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 12% em Capital, no montante de R\$ 5.379 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 80% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 640 mil (R\$ 2.200 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". O valor do aporte mencionado não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2015 conforme Termo de Adesão e Contrato de Doação firmados, retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº 4.434/15).

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03d)	344.071	218.895
Diversos	1.909	1.800
Investimentos (Nota 09a)	7.513	7.206
Intangível (Nota 09b)	3.712	2.477
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	6.336	6.114
Provisões para pagamentos a efetuar	453	335
Credores Diversos	122	204
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	39.495	19.697
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	780	540
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	872	645
Outros Dispêndios Despesas Operacionais	6.739	5.951

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	74	0,09%	81
Pessoas físicas	74		81
Depósitos a prazo	3.704	0,90%	2.428
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	3.704		2.428
Operações de crédito	3.989	0,93%	2.815

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	2.271	1.789

valores em milhares de Reais

*Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentaram uma variação de 21,22% em relação a 2014 decorrente da modificação na estrutura de governança da Cooperativa no segundo semestre de 2014, onde foram implementados os cargos de Diretoria Executiva.

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 38.710 mil (R\$ 19.157 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 5.561 mil (R\$ 4.196 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 1.123 mil (R\$ 1.457 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 727 mil (R\$ 575 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	36.054	34.748
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	21.686	22.434
Pronaf	8.888	7.778
Outros	5.480	4.536
Total	36.054	34.748

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Marcio Zwierewicz
Diretor Executivo
CPF: 930.636.529-20

Tilene Moerschbacher Farina
Diretora de Operações
CPF: 976.137.629-04

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72